

## **SOBRE A ATIVIDADE DO PENSAMENTO E A BANALIDADE DO MAL EM HANNAH ARENDT<sup>1</sup>**

**Bruno Peres Freitas<sup>2</sup>**

**Resumo:** O presente artigo trata da compreensão da atividade do pensamento de acordo com a teoria política arendtiana. Nesta perspectiva, tem por objetivo abordar a relevância ética e política desta atividade, bem como as consequências decorrentes da sua ausência para o mundo público-plural. As reflexões conduzem à compreensão do fenômeno denominado por Arendt como “banalidade do mal” e o seu espraiamento nos tempos sombrios do totalitarismo, cuja análise tem como pano de fundo o relato do julgamento do “burocrata da fábrica de mortes” Eichmann em Jerusalém.

**Palavras-chave:** Hannah Arendt; pensamento; banalidade do mal; ética; política.

**Abstract:** This article deals with the understanding of the activity of thought according to Arendt's political theory. So, it aims to address the ethical and political relevance of this activity, as well as the consequences of their absence to the public-plural world. These reflections lead to the understanding of the phenomenon termed by Arendt as "evil banality" and its spreading in the dark times of totalitarianism, whose analysis has as a backdrop the story of the trial of "bureaucrat factory deaths" Eichmann in Jerusalem.

**Keywords:** Hannah Arendt; thought, evil banality; ethics; politic.

Homens perfeitamente “normais”, mas incapazes de pensar. Esta foi a questão central, o “*apelo*” que inquietou Hannah Arendt na sua tarefa de compreender os dramas e perigos inerentes à ausência do pensamento para a humanidade, agravados, sobretudo, nos tempos sombrios do *totalitarismo*. Neste sentido, podemos dizer – para valer-se da metáfora socrática<sup>3</sup> – que o *vento* que

---

<sup>1</sup>Este artigo deriva da Tese de Doutorado intitulada: “A Política sob o Princípio do Amor Mundi. Diálogo com Hannah Arendt”; defendida pelo autor em março de 2012, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio.

<sup>2</sup>Doutor em Serviço Social pela PUC-Rio. E-mail: [Freitas-bruno@ig.com.br](mailto:Freitas-bruno@ig.com.br)

<sup>3</sup> Arendt recorre à metáfora do vento cunhada por Sócrates para mostrar que, assim como o pensamento, os ventos também são invisíveis. Contudo, somos capazes de sentir a aproximação destes. Lafer (1972) chama a atenção para o fato de que esta metáfora não é apenas grega, mas

soprou sobre o pensamento de Arendt foi o da estranheza e perplexidade (Arendt, 2000) acerca de um *mal* que se espalhou rapidamente sobre a superfície do mundo, mas que, no entanto, era, conforme denominou, *banal*. Um mal sem profundidade. Não porque não fosse altamente destrutível, e sim porque se alastrava como fungo sobre a superfície do mundo, pois nenhuma reflexão era empreendida, tornando, assim, os homens, *seres supérfluos*.

A *banalidade do mal*, termo por ela cunhado, “*não se tratava de nenhuma teoria ou doutrina, mas de algo completamente factual*” (ARENDR, 2005, p. 226). O que desafiava o seu pensamento na compreensão desta espécie de mal era “*o fenômeno dos atos malignos, cometidos numa escala gigantesca, que não podiam ser atribuídos a nenhuma particularidade de maldade, patologia, ou convicção ideológica do agente*” (Idem, p. 226). Dizia respeito, assim, a um mal de uma “*superficialidade extrema*”. A partir da cobertura jornalística do julgamento de *Eichmann em Jerusalém* – onde descreve e busca compreender o frio comportamento daquele homem face aos eventos sombrios dos quais ele participara ativamente – Arendt irá empreender sua reflexão no sentido de compreender o papel do pensamento no campo da política e os perigos relativos ao pensamento burocratizado e afastado das comunidades políticas;

É importante ressaltar que para esta autora o pensamento é algo que vincula, e neste vincular-se ao mundo dos homens plurais é que está a sua relevância política. Nesta perspectiva, ela vale-se do “*dois-em-um*” socrático, o qual leva a compreensão do pensamento enquanto verdadeira atividade intersubjetiva, na medida em que, mesmo estando sozinho eu nunca estou desacompanhado. O diálogo silencioso do eu consigo mesmo é um movimento permanente de perguntas e respostas que, dialeticamente, me vincula ao mundo exterior: este mundo plural e político onde encontro Outros. Ser dois-em-um, conforme compreende Arendt, é estar ligado à condição de humanidade. Diferente do *um* que estará sempre só e que se aplica apenas a Deus, o eu que me

---

também judaico-cristã, constituindo uma imagem matriz da tradição ocidental. Conforme observa o referido autor: “De fato, tanto em grego quanto em hebraico uma mesma palavra designa vento e espírito (pneuma e ruah). Por sua vez, no Evangelho segundo São João, Jesus disse a Nicodemos: ‘o vento assopra onde quer e ouve a sua voz, mas não sabes donde vem, nem para onde vai; assim é todo aquele que é nascido do espírito’ (p. 87).”

---

acompanha é sempre mutável e não a essência definitiva de um Deus. Sob a condição do *eu* que me faz companhia, entreabro-me ao mundo. Dependendo da companhia que escolho no ato pensante, concebo o mundo sob uma determinada perspectiva.

Neste sentido, assume relevância política a doxa: a opinião que manifesto a mim mesmo e ao mundo, o que determina o que é o mundo para mim: *“um assassino não está condenado apenas à companhia permanente do seu próprio eu homicida, mas irá ver todas as outras pessoas segundo a imagem de sua própria ação. Viverá em um mundo de assassinos potenciais”* (ARENDDT, 1993, p. 103). Assim, não é a ação isolada que afeta a realidade mundana em que vivemos, mas sob qual perspectiva a concebemos verdadeira. Depreende-se daí que a escolha de nossa companhia no ato de pensar, ou seja, com *quem* eu desejo estar em pensamento, implica um ato de responsabilidade para com um mundo que é plural: *“A medida que ainda vivemos junto à nós, todos mudamos constantemente o mundo humano, para melhor ou para pior, mesmo que fiquemos absolutamente sem agir”* (Idem, p. 103). Nesta perspectiva, revela-se um duplo aspecto do cuidado com o mundo comum: o amor pelo mundo determina a forma como desejo aparecer neste e, simultaneamente, com quais companhias desejo estar.

Arendt mostra inquietude diante dos horrores decorrentes da substituição da capacidade de distinguir o bem do mal no espaço entre-os-homens pela obediência cega às normas e leis. No Julgamento de Eichmann Arendt se impressiona com o que ela mesma denominou banalidade do mal; a qualidade de um mal tão desafiador para a compreensão, visto que apesar de destruidor não podia ser considerado radical. Vejamos como ela descreve esse mal em carta enviada a G. Sholem (YOUNG-BRUEHL, 1997, p. 327):

Ele pode crescer demais e deteriorar o mundo todo precisamente porque espalha como fungo na superfície. Ele é “desafiador-do-pensamento”, como eu disse, porque o pensamento tenta alcançar alguma profundidade, chega às raízes, e no momento em que ele se interessa pelo mal, ele se frustra porque não há nada. Essa é sua ‘banalidade’. Apenas o bem pode ter profundidade e ser radical.

A descrição feita por Arendt de Eichmann – a partir de suas expressões, afirmações e negações diante do tribunal e também recorrendo à sua biografia pouco lembrada – levaram-na a tentar compreender os motivos que conduziram o burocrata na sua empreitada administrativa de extermínio em massa. *Era o acusado dentro da cabine de vidro um monstro, guiado por uma condição de inumanidade e, por isso, incapaz de sentir qualquer sentimento de culpa ou arrependimento pelos seus atos? Seria ele um anormal em estado de insanidade mental e moral? Teria ele, por algum motivo, ódio dos judeus? Seus crimes foram conduzidos pela sua estupidez ou crenças?* Arendt descreve o homem Eichmann – tanto através dos seus comportamentos no passado, como através do seu comportamento durante o julgamento – como um homem mediano e de dotes mentais bastante modestos. Estava longe de ser uma figura imponente, conforme descreveu logo na abertura do julgamento:

Aquele homem dentro da cabine de vidro construída para a sua proteção: altura mediana, magro, meia idade, quase calvo, dentes tortos e olhos míopes, que ao longo de todo o julgamento ficava esticando o pescoço para olhar o banco das testemunhas (sem olhar nenhuma vez para a platéia), que tentando desesperadamente, e quase sempre consegue, manter o auto-controle, apesar do tique nervoso que lhe retorce a boca provavelmente muito antes do começo deste julgamento (ARENDR, 1999, p. 15).

Conforme relata Arendt, Eichmann se esforçava bastante durante o julgamento para provar que não abrigava no peito nenhum mau sentimento por suas vítimas (os judeus). De fato, pessoalmente ele não tinha nenhum ódio dos judeus. Tinha judeus na família e teve até uma amante judia (Idem. 41). Neste sentido, Eichmann reagia a qualquer acusação de ter assassinado os judeus. Ele considerava que só poderia ser acusado de “ajudar a assistir” a aniquilação dos judeus, mas que era inocente quanto à ordem de execução. Neste sentido, afirmava: [...] *“como o assassinato dos judeus não tive nada a ver. Nunca matei um judeu, nem um não-judeu – nunca matei nenhum ser humano. Nunca dei uma ordem para matar fosse um judeu, fosse um não-judeu, simplesmente não*

*fiz isso*” (ARENDRT, 1999, p. 32). Com essa afirmação, Eichmann é incapaz de avaliar a dimensão de um crime sem precedentes na história da humanidade.

Arendt observa que a sanidade mental de Eichmann foi severamente avaliada por psiquiatras, os quais atestaram a sua “normalidade”. Eles constataram que o perfil psicológico do acusado, tomando por base suas relações familiares, era inteiramente desejável. Eichmann também foi avaliado por um Sacerdote, homem que o visitava regularmente na prisão. Este havia considerado que Eichmann “*era uma homem de ideias muito positivas*” (Idem, p. 37).

Algumas características observadas em Eichmann intrigaram a então repórter Hannah Arendt. Notou perspicazmente ela que ele era um homem apegado a clichês. Quando confrontado recorria sempre à palavras-chave e frases de efeito. Ele era “*um paciente ideal para as regras de linguagem*” (Idem, p. 101). Esta afeição às regras, à repetição de frases feitas como verdade, mostrava a inclinação deste homem ao desejo de estar sempre “*coberto por ordens*”. Seu apego à administração orientada sempre por diretivas é um traço da sua personalidade que sustenta a sua crença de que fizera o que tinha que ser feito. “*Eichmann tinha sempre extremo cuidado em estar ‘coberto’ por ordens [...] não gostava de fazer perguntas e sempre solicitava ‘diretivas’*” (Arendt, 1999, p. 109). Por tal motivo, mesmo quando confrontado com os fatos da matança da qual participara, ele não se arrepende. Eichmann tinha convicção dos seus atos e [...] “*nenhum dedo apontado para ele indicando que ‘ali está o monstro responsável por tudo isso’ conseguia sacudi-lo de volta a vida*” (Idem, p. 19). Seu mundo guiado por ordens é totalmente ausente da presença de outros. Ele, apesar de reconhecer, não avalia as consequências de seus atos, pois o que impera é a validade das regras que sempre obedeceu fielmente; [...] “*e quanto a sua consciência ele se lembrava perfeitamente de que só ficava com a consciência pesada quando não fazia aquilo que lhe ordenavam – embarcar milhões de homens, mulheres e crianças para a morte, com grande aplicação e o mais meticuloso cuidado*” (Idem, p. 37).

Eichmann se considerava apenas um cidadão cumpridor da lei. O que fizera, os crimes que cometera, reconhecia, não podia negar. Mas, programara a indústria

da morte por ser um “cidadão” respeitador das leis. Ele tinha por meta de um cidadão exercitar o melhor possível as ordens de Hitler, a força da lei no Terceiro Reich. Conforme destaca Arendt, Eichmann se considerava um “idealista”. Idealista, na sua concepção burocrata, não era apenas um homem que acreditava numa ideia, mas “*um homem que vivia para a sua ideia e que por essa ideia estaria disposto a sacrificar tudo e, principalmente todos*” (Arendt, 1999, p. 54). Neste sentido, o “idealista” é o homem que nunca entra em desacordo com o cumprimento das ordens. Seus sentimentos e emoções pessoais jamais podem interferir na execução daquilo que manda a lei.

O homem na cabine de vidro era também um homem de “memória extraordinariamente deficiente”. Ele só queria saber de tudo que estivesse, *técnica e burocraticamente*, ligado ao seu trabalho. Sua atitude era pragmática e administrativa. Conforme observa Arendt: “*Essa atitude ‘objetiva’ – falar dos campos de concentração em termos de ‘administração’ e dos campos de concentração em termos de ‘economia’ – era típica da mentalidade da SS, e algo que Eichmann se orgulhava no julgamento*” (Idem, p. 83). A memória de Eichmann saltava os anos com grande facilidade. Sua lembrança, assinala Arendt, apesar de deficiente não era totalmente caótica, “*sua memória era como um armazém, cheio de histórias humanas do pior tipo*” (Idem, p. 96).

É reveladora e intrigante a colocação de Arendt sobre o fato de que Eichmann não viu muita coisa. Apesar de ter visitado várias vezes o campo de concentração em Auchivtz (um dos maiores), ele não assistiu efetivamente a matança em massa, nem a seleção dos mais aptos para o trabalho. O que Eichmann viu, observa Arendt, dizia respeito apenas às informações necessárias ao andamento da indústria de cadáveres. Nas palavras de Arendt: “*Ele viu apenas o suficiente para estar plenamente informado de como funcionava a máquina de destruição*” (Idem, p. 105). Neste sentido, Eichmann era um homem preso às regras que conduziam ao massacre administrativo e, portanto, incapaz de pensar, de colocar seus atos e todas às barbaridades do nazismo sob julgamento. Sua fala refletia a obediência cega à empreitada da morte e, portanto era uma fala apegada aos clichês e distante de qualquer referência a uma realidade comum. A ausência

de pensamento era constatada em suas frases feitas nas quais se socorria de qualquer acusação e se orgulhava. Arendt, ao acompanhar o Julgamento, fica perplexa ao constatar essa relação estreita entre a incapacidade de falar e pensar de Eichmann:

Quanto mais se ouvia Eichmann, mais obvia ficava que essa sua incapacidade de falar estava intimamente relacionada com sua incapacidade de pensar, ou seja, de pensar do ponto de vista de outra pessoa. Não era possível nenhuma comunicação com ele, não porque mentia, mas porque se cercava do mais confiável de todos os guarda costas contra as palavras e a presença de outros, e, portanto, contra a realidade enquanto tal (ARENDDT, 1999, p. 62).

A partir da figura deste homem – que não era um mostro nem um demônio, nem um “anormal”, mas sim um homem que levava a sério suas funções na empreitada incansável do extermínio – Arendt compreenderá a temível banalidade do mal como algo que *“desafia as palavras e os pensamentos”*. Em Eichmann, o que a atraiu foi *“a total ausência do pensamento”* que tem implicações, no contexto político, na incapacidade de julgar, de distinguir o certo do errado. Certamente Eichmann não estava preocupado com as consequências de seus atos. Mesmo diante das fragrantas contradições que se deparava em seu interrogatório, isso não era suficiente para dirimi-lo das suas convicções de que havia feito o certo. O que protegia *Eichmann de avaliar a extensão de seus crimes? Por que Arendt debruçou-se tanto na tarefa de buscar resposta para a pergunta o que me faz pensar? Que implicações (riscos) o não-pensar pode trazer para quem não pensa e para o mundo?*

Vimos até aqui que, ao considerar o mal algo banal, Arendt chama atenção para o fato de que este tem sua origem na ausência de pensamento. Pensar é submeter os próprios pensamentos ao reexame no contexto dialógico do mundo. Somente a ausência de pensamento é superficial, pois o pensamento como atividade tem sempre raízes nas experiências do passado. Por ter raízes e estar ligado à memória, o pensamento confere durabilidade ao mundo. Daí pode-se compreender os riscos inerentes ao não-pensamento, o que fica mais claro na experiência concreta do nazismo: o isolamento, a tirania, a produção de supérfluos

em massa e o desaparecimento do mundo comum. Assim, a natureza factual da banalidade do mal se expande e ameaça a humanidade sempre que o mundo enquanto lugar da experiência humana, localizada entre o passado e o futuro, desaparece. A natureza do mal, descolada de qualquer referência à memória, faz do mal algo ilimitado. Isto porque, a condição para o mal se espalhar com extrema facilidade e eficácia, é exatamente a ausência de lembranças. O esquecimento é a pedra de toque da empresa totalitarista. Neste sentido, o mal ilimitado não gera nenhum remorso. Os crimes caem no esquecimento assim que são cometidos. Depreende-se daí que, o mal banal requer a destruição da experiência humana. Elimina qualquer possibilidade de rememoração e, portanto, qualquer possibilidade de intercambiar experiências em um mundo comum. Neste caso, não existe um mundo antes, nem um mundo depois. O que está em jogo e é afetado é a “lembrança como modo de deitar raízes, de cada um ocupar seu lugar no mundo a que todos chegamos como estranhos” (Arendt, 2005b, p. 166). No mal banal não existem raízes, nada que possa identificar o mundo como casa, pois estar em casa no mundo, como compreendia Arendt, requer repensar o passado e orientar o futuro. Sem qualquer referência à experiência humana, as vidas são tornadas supérfluas, facilmente empilhadas na fábrica de cadáveres. Assim, quando Arendt diz que o mal banal não tem raízes ela está se referindo a relação entre pensamento e memória. O pensamento como re-pensamento é sempre uma rememoração.

De um mal que elimina qualquer possibilidade de memória, não se pode esperar qualquer forma de culpa ou responsabilidade, seja ela pessoal ou coletiva. Como responsabilizar-se por algo de que não se lembra? Por este motivo Arendt insistia na questão de que, mais importante que o próprio julgamento individual de Eichmann, era compreender o significado daqueles acontecimentos que violentaram qualquer razão humana e que desafiavam o pensamento. O desafio era compreender o tenebroso efeito ilimitado daquele mal, pois sem raízes, avesso a qualquer qualidade inteligível da experiência humana. É neste intento provocativo que Arendt levanta as seguintes provocações logo no início do seu relato sobre a banalidade do mal:

‘Como pode acontecer uma coisa dessa?’ e ‘Por que aconteceu?’, ‘Por que os judeus?’ e ‘Por que não os alemães?’ ‘Qual o papel das outras nações?’ e ‘Até que ponto vai a responsabilidade dos aliados?’, ‘Como puderam os judeus, por meio de seus líderes, colaborar com sua própria destruição?’ e ‘Por que marcharam para a morte como carneiros para o matadouro?’ (ARENDDT, 1999, p. 15).

Essas eram, para Arendt, da perspectiva política, questões mais relevantes no que tange a busca de significados, do que a empreitada da justiça de julgar e condenar Eichmann. Neste sentido, Arendt comparou o julgamento a uma peça de teatro, pois na peça o espetáculo começa e termina com o autor do ato, não com a vítima. Em seu estudo sobre o *mal ilimitado*, Arendt conferiu que a ação apartada da reflexão, representa no campo da política, uma ameaça radical para o futuro da humanidade. Ela compreendera que a capacidade de distinguir o certo do errado no âmbito dos negócios humanos, e assim evitar barbaridades como as que aconteceram durante o regime totalitário, tinha a ver com a disposição para pensar. Nesta linha, observou que “*devemos ser capazes de ‘exigir’ o seu exercício [o do pensar] de toda a pessoa sã, por mais erudita ou ignorante, inteligente ou estúpida que se mostre*” (2005, p. 231). É importante assinalar que a ausência do pensamento pode, segundo Arendt, ser encontrada em qualquer pessoa, até mesmo nas mais inteligentes; e que a ausência do pensamento nada tem a ver com o esquecimento de boas maneiras e bons hábitos. A ausência do pensamento não é estupidez, mas irreflexão. Neste ponto crucial é que não se pode confundir conhecimento com pensamento. A cognição não impede que o mal se instale e a irreflexão pode ser encontrada em pessoas muito cultas, como cientistas, por exemplo. Arendt observa ser possível a existência de assassinos cultos, contudo esses jamais serão capazes de deixar um exemplo, uma herança presente na memória:

[...] O ponto importante sobre esses assassinos cultos é que nenhum único deles compôs um poema digno de ser lembrado, uma música digna de ser escutada ou pintou um quadro que alguém gostava de pendurar na parede [...] nenhum talento suportará a perda de integridade que experimentamos quando

perdemos essa capacidade de pensar e lembrar (ARENDDT, 2005b, p. 164).

Deste modo, Arendt apostou na capacidade de pensar como um permanente recomeçar, um modo de evitar o mal que, na ausência da reflexão, pode se alastrar pela superfície do mundo, colocando a sua *lei plural* em risco. Ao lançar-se na busca por significados, o pensar revela-se na condição de homens que constituem o mundo, porquanto são capazes de ser *início* (Arendt, 2001). Depreende-se daí, que o vício da obediência aos códigos em detrimento da reflexão que inspira a ação em um mundo plural é negação do próprio mundo público-plural. A irreflexão que marca o mal banal está associada ao isolamento. Arendt considerou o isolamento como estado em que “*não estou nem junto comigo mesma, nem na companhia de outros*” (ARENDDT, 2005b, p. 164). Neste sentido, estar isolado significa a ausência de qualquer ponto que nos leve a um mundo que possa ser amado e preservado pelo seu caráter compartilhado.

Na atividade do pensamento, Arendt coloca a *liberdade* como centro das reflexões. Sua intenção é, a partir da atividade do pensamento, problematizar os riscos da ação no campo da política. Daí a presença do vento do pensamento, sempre provocando a inquietação, pois traz para a atividade do pensamento, aparentemente tranquila, o peso da contingência contida no caráter imprevisível e irreversível da ação. Pensar é se deparar com a experiência, colocando os próprios pensamentos a prova. Daí também a compreensão de que, “*ainda que as atividades que ocorrem no espírito de cada ser humano sejam invisíveis, o espírito é mundano*” (WAGNER, 2006, p. 204). O pensamento, como um afastamento provisório do mundo, sempre retorna ao mundo na forma de artefatos: teorias, obras de arte, literatura, poesia. Neste sentido, o pensamento sempre irrompe no mundo das aparências. Também se deve lembrar a condição do necessário aparecimento daqueles que pensam (filósofos ou não) para julgar os acontecimentos do mundo. É neste intercurso que podemos nos responsabilizar sobre a maneira como desejamos aparecer no mundo e a nós mesmo quando estamos entre-os-outros.

Neste sentido, o exercício do pensamento conduz à ação dos homens que amam o mundo. A compreensão da banalidade do mal leva a pensar sobre aqueles que se mostram mais preocupados com a obediência às normas, aos códigos, como foi o caso de Eichmann. Ao seguirem normas em detrimento da capacidade de elaborar juízos, nunca se responsabilizam pelos acontecimentos. Para esses homens basta “*seguir as diretrizes*”. Como Eichmann, eles rejeitam as perguntas, não estão interessados nos significados que brotam de um mundo compartilhado. São avessos ao pensamento, exatamente porque, conforme bem observou Lafer (1979, p. 94):

Pensar significa desligar-se provisoriamente do mundo das aparências para chegar a uma conclusão sobre o sentido das coisas, diante de uma dificuldade. É o parar para pensar. Não pensar protege a pessoa dos ‘perigos’ desse exame, e é por isso que elas se apegam a posse das normas a serem aplicadas aos casos concretos, o que não exige a problematização do seu conteúdo.

Com seu estudo, Arendt mostra que o mal empreendido pelo sistema totalitário não era algo meramente diabólico. O mal resultava em atos empreendidos por seres humanos que, na condição de “normalidade”, não tinham o hábito de pensar, e, portanto, apresentavam uma ameaça à pluralidade, pois guiavam seus atos pela obediência a ordens superiores, à revelia de qualquer senso de realidade, e, sem nenhuma capacidade de questioná-las, tornavam os seus atos banais e os seres humanos supérfluos.

Arendt foi contundentemente criticada quando afirmou que Eichmann não era um monstro. No entanto, ela, ao fazer tal afirmação, não estava deixando de considerar a dimensão monstruosa de tais crimes. O que ela queria por em evidência eram as consequências dramáticas e destruidoras que são produzidas pela assimilação automática de códigos. Códigos que, em momento de crise, quando postos em questão pela atividade do pensamento, caem por terra; ela evidencia que os códigos, quando não questionados pelo pensamento, logo são substituídos por outros, pois aqueles que não têm o hábito de pensar se deixam sempre levar pelas novas regras. Neste sentido, o problema da irreflexão é que os

sujeitos se habituam a seguir normas e regras sem questionar os critérios de certo ou errado e, neste sentido, eliminam qualquer possibilidade de memória. Por isso ela observou que os primeiros a aderir os novos códigos, sejam eles bons ou ruins, são sempre aqueles que não sabem se conduzir sem regras. Isso explica a adesão a códigos negativos, como rapidez, nos momentos de crise, como no nazismo em que o código “matarás”, substitui rapidamente a regra “não matarás”. Por este motivo, Arendt acreditava que a resposta à pergunta “o que devo fazer”, não deriva dos hábitos e costumes, nem de uma ordem humana ou divina, mas sim da reflexão na qual posso, em diálogo com a pluralidade humana, avaliar os critérios de certo e errado. Portanto, a busca de critérios é um reexaminar sem fim, o que, em última instância, tem seu fundamento no mundo que “estava aí antes da nossa chegada e sobreviverá a nossa partida”.

Arendt considera que não necessariamente aqueles que não pensam são malfeitores. A banalidade do mal, muito mais do que a irreflexão e a inteligência, está associada à perda da integridade decorrente da ausência da capacidade comum de pensar e lembrar. O que é realizado pela inteligência, quando destinado ao mal, não é digno de ser lembrado. Por isso diz-se que é um mal superficial, pois não tem nenhum vínculo com a durabilidade do mundo que é conferida pela *memória*. Pensar é sempre repensar coisas-pensamentos guardados na memória. O pensamento tem um caráter de busca de profundidade, cujo sentido é procurado na memória. Um mal quando é banal nunca é lembrado. Vemos, então, que sob o espraiamento da banalidade do mal, o mundo é esquecido, pois não há feitos grandiosos.

Deste modo, compreendemos que, a capacidade de distinguir o bem do mal relativa a atividade do pensamento, tem efeitos sobre o mundo público. A *intersubjetividade* se revela na estrutura de um pensar sempre ligado à responsabilidade para com o *mundo comum*. Neste sentido, o mundo exterior se impõe ao pensamento e “interrompe o diálogo do eu consigo mesmo, convertendo o dois-em-um numa unidade: a do eu que é chamado de volta pelo seu nome ao mundo das aparências” (LAFER, 1979, p. 95). Assim, o pensamento que problematiza o significado das coisas e questiona opiniões é sempre um

pensamento *ligado ao mundo*. É o pensamento de *Sócrates*, que caminhando entre os seus concidadãos, levava-os a avaliar normas, conceitos, e pensar por si mesmos. Um verdadeiro “*pensamento sem amparos*”, como gostava de dizer Arendt. O afastar-se do mundo para pensar não significa o abandono deste mundo, pois isso seria um afastar-se de si mesmo. Conforme mostrou Arendt em *As Origens do totalitarismo* (1979, p. 16), trata-se de compreender:

[...] não significa negar o ultraje, subtrair o inaudito do que têm precedentes, ou explicar fenômenos por meio de analogias e generalidades tais que se deixa de sentir o impacto da realidade e o choque da experiência. Significa antes examinar e suportar conscientemente o fardo que os acontecimentos colocaram sobre nós – sem negar sua existência nem vergar humildemente a seu peso, como se tudo que de fato aconteceu, não pudesse ter acontecido de outra forma. Compreender significa, em suma, encarar a realidade, espontânea e atentamente, e resistir a ela – qualquer que ela seja venha a ser, ou possa ter sido.

Nesta linha, compreendemos que o pensamento não está separado da experiência da liberdade, aquela que, segundo Arendt, é a razão de ser da Política. Ela mostrou que o estabelecimento de regras de conduta domesticam os sujeitos, burocratizam as relações, e tendem a eliminar a possibilidade da espontaneidade, ou seja, a própria experiência da liberdade que se realiza no processo de iniciação. Neste sentido, o apego a padrões, conceitos, dogmas, bloqueiam o aparecimento de algo novo no mundo. Para Arendt, o sentido da política era a ação livre, cujos resultados são desconhecidos enquanto está sendo empreendida. Outra importante compreensão daí decorrente é a de que o agente obediente às normas não é capaz de assumir a responsabilidade pelas conseqüências de seus atos. Ele não é capaz de refletir sobre como deseja aparecer num mundo no qual a condição é viver junto aos Outros. O seu *quem* fica subjugado ao seu *o que* <sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Em sua reflexão política Arendt nos conduz à compreensão de que na esfera da política somos na medida em que “*aparecemos para o mundo*”. É neste sentido que, o “*ser*” e o “*aparecer*” coincidem. Aparecer para o mundo significa a revelação da nossa identidade pessoal e singular num contexto no qual tratamos daqueles assuntos que nos une e, ao mesmo tempo, nos separa. A revelação do “*quem somos*”, ou seja, de nossa identidade pessoal, se realiza pelos nossos *feitos e palavras*, e, somente quando estamos no gozo da *convivência humana*. No *espaço entre-os-homens*, ou *esfera pública*, os sujeitos podem se desocultar, revelando, assim, o que lhe distingue

No cumprimento de padrões e normas não existe a possibilidade de questionar opiniões, de instituir o exercício da liberdade, cujo espaço privilegiado é o da palavra e das ações plurais, sempre espontâneos. Neste sentido, o pensar prepara-nos sempre, de novo, para encontrar seja o que for que devemos encontrar em nossa vida cotidiana. Este reexaminar em interseção com a realidade faz do pensamento em Arendt uma faculdade afeita à natalidade. A cada exame, um significado novo. A cada significado novo emerge a possibilidade de agir e instituir um novo sentido, uma nova realidade.

A compreensão do pensamento e da banalidade do mal de acordo com a teoria Arendtiana constituem valiosos subsídios para re-pensar a ética e a política do nosso tempo, visto que estas são marcadas pela instrumentalidade que substitui o diálogo pela técnica na condução dos assuntos humanos. A redução dos assuntos políticos a mera administração, distante do fundamento original da Política, indica a idéia comum, largamente presente na atualidade, de que a política se resume à força do governo e as relações de mando-obediência.

O itinerário do pensamento arendtiano leva a pensar naqueles que, do ponto de vista político, em plena era da informação tecnológica, ainda inexistem: os invisíveis, os supérfluos e descartáveis da sociedade do consumo. Certamente eles são muitos, oprimidos e alijados das relações deste mundo. A igualdade no plano jurídico de nossas leis ainda não foi o suficiente para reconhecê-los enquanto pessoas. Arendt lançou seu pensamento na direção da defesa de um mundo onde a diversidade coubesse. Um mundo acolhedor das diferenças. Neste sentido, suas proposições são oportunas para problematizar as terríveis intolerâncias do nosso tempo, aquelas que, lamentavelmente, teimam em fazer o tempo de vida de muitos sombrio.

Com sua teoria política Arendt quer ressaltar as possibilidades de uma comunidade política viva. Aquela animada pelo prazer de estar na companhia dos

---

dos Outros ao tratar daquilo que é *comum*. Desta forma, "*quem és*" corresponde ao modo como nos mostramos na modalidade da *ação* e do *discurso* em presença da *pluralidade humana*. É a condição da existência política, o que nos permite viver como "*ser distinto e singular entre iguais*" (Arendt, 2001, 191). Sobre "o quem" e sua relação com a Política ver: *A Condição Humana*. Capítulo V: *Ação*, p. 188.

outros para dialogar sobre aquilo que diz respeito em sociedade. Neste sentido, sua reflexão inspira o cuidado e a responsabilidade com este espaço que constitui o mundo comum. Em uma sociedade na qual o egoísmo mostra-se como modo de vida frequente, ela acena com a recuperação da solidariedade, única forma capaz de sensibilizar os homens nas situações de vozes silenciadas pela desigualdade e injustiça. Neste caminhar, O pensamento de Arendt mostra-se relevante para vislumbrar formas de efetivação e realização da Política, cujo pensar no plural enquanto exercício intermitente constitui base fundamental para o exercício da liberdade.

### Referências Bibliográficas

ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

\_\_\_\_\_. **A Vida do Espírito: o pensar, o querer, o julgar**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

\_\_\_\_\_. **Eichmann em Jerusalém**. Um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. **Origens do totalitarismo**. O anti-semitismo, instrumento de poder. Uma análise dialética. Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1979.

\_\_\_\_\_. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2005 a.

\_\_\_\_\_. **Responsabilidade e Julgamento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005 b.

\_\_\_\_\_. **A Dignidade da Política**. Ensaios e conferências. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

LAFER, Celso. **Hannah Arendt: pensamento, persuasão e poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WAGNER, Eugênia Sales. **Hannah Arendt: ética e política**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2006.

YOUNG-BRUEHL, Elisabeth. **Hannah Arendt: por amor ao mundo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.